

A ATUALIDADE DA CONTRADIÇÃO URBANO-RURAL

(IN: Análise Territorial da Bahia Rural, SEI, Série Estudos e Pesquisas n. 71)

José Eli da Veiga¹

Introdução

O problema da definição de *rural* tornou-se “quase intolerável”, diz William H. Friedland, um dos principais expoentes da sociologia rural americana.² A tal ponto que opta sem muita hesitação por um expediente “intelectualmente insatisfatório”, de “postura mais pragmática” frente a tamanho “atavismo conceitual” das sociedades mais avançadas. Esta seria a maneira de evitar “becos sem saída”, muito embora admita que “a busca intelectual por clareza conceitual seja sempre necessária”.

Se um pesquisador tão experiente decide jogar a toalha diante de um problema que está na essência de sua própria disciplina, isso só poderia ser sinal de reforço de uma tese que tem exercido irresistível atração em certos círculos da comunidade acadêmica brasileira: a idéia do desaparecimento do rural pela urbanização completa (ou extensiva) da sociedade.³

A questão abordada neste artigo é a de saber se tal perplexidade diante da distinção urbano-rural é, de fato, uma questão concreta, objetiva, historicamente determinada, que deve, portanto, ser entendida como um problema científico que desafia todas as disciplinas implicadas. A hipótese deste artigo é oposta: de que se trata de um dilema que até pode intrigar muitos analistas, mas que não corresponde à realidade dos fatos. Uma conjectura que pode ser formulada de maneira mais incisiva da seguinte maneira: a contradição urbano-rural não desaparecerá, por mais que muitos analistas sejam levados a acreditar no inverso.

Para expor os argumentos, este texto começa com uma síntese do citado artigo de William Friedland. Logo em seguida são destacadas as idéias mais em voga sobre a urbanização integral no Brasil. As terceira e quarta seções são inteiramente consagradas ao principal teórico marxista que serve de referência aos adeptos dessa tese: o marxista francês Henri Lefebvre. Na quinta, discute-se a idéia de uma sociabilidade inteiramente urbana, mais pertinente a pesquisadores de inspiração weberiana. E na sexta seção surge a visão oposta, que justifica a atualidade da contradição urbano-rural, título deste artigo.

1. A visão de William Friedland

Ao discutir a ‘ruralidade’, Friedland sempre evoca o fenômeno da “industrialização da agricultura”. No referido texto, essa idéia aparece logo no início, quando relaciona o impasse conceitual de ‘ruralidade’ com o crescente problema conceitual de ‘agricultura’, argumentando que o que hoje é chamado de ‘agricultura’ tornou-se majoritariamente uma série de conjuntos de processos industriais fisicamente situados mais ao ar livre do que sob

¹ Professor Titular da USP (Departamento de Economia & Procam). E-mail: zeeli@usp.br

O autor agradece as observações enviadas pelos colegas Ademir Cazella, Arilson Favareto, Estela Neves, José de Souza Martins, Lia Zatz, Lucia Helena Gama, Maria Cecília Comegno, Manuel Belo Moreira, Marina de Camargo Heck, Ricardo Abramovay, Rogério Jorge, Rudá Ricci, Tereza Ventura, e Zander Navarro. Evidentemente isto não significa que estejam de acordo com as idéias contidas neste artigo.

² Cf. o artigo “Agricultura e ruralidade: iniciando a “separação definitiva?” (apresentado no encontro anual dos sociólogos rurais americanos de agosto 2000, e publicado na revista *Rural Sociology* 67(3), 2002, pp. 35-371..

³ Por exemplo, entre os que participam das reuniões anuais da ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

um teto: isto é, constituem ‘agronegócio’. Segundo ele, continua-se a usar ‘agricultura’ como um termo generalizante que obscurece grande parte do seu caráter industrial.

Para demonstrar que o problema intelectual de definir o ‘rural’ encontra-se agora exacerbado pelo problema de definir ‘agricultura’, o autor propõe a análise de três casos empíricos da Califórnia. Na descrição desses três conflitos é muito mais recorrente a caracterização industrial de atividades normalmente consideradas agrícolas e pecuárias, do que a caracterização urbana de espaços normalmente considerados rurais. Tanto os conflitos provocados pelo exuberante crescimento dos condados vitivinícolas de Napa e Sonoma quanto o conflito gerado pela intensificação de uma criação de cabras para fins biotecnológicos nas imediações de Santa Cruz ocorrem em focos que nas últimas décadas se tornaram urbanos, sem que a mesma transformação tenha necessariamente ocorrido em toda a extensão desses três condados. E mesmo quando faz a ressalva de que partes do sul e do norte do condado de Santa Cruz não podem ser consideradas urbanas, o indicador utilizado pelo autor é a atividade agropecuária.

No dois casos vitivinícolas (condados de Napa e Sonoma), a caracterização do fenômeno da “industrialização da agricultura” é baseada no fato de que as vinícolas, as instalações para armazenamento, o processo de engarrafamento, etc., lembram uma fábrica. Para Friedland, a densidade do desenvolvimento vinícola em Napa não consegue escapar da aparência industrial. No caso da criação de cabras (condado de Santa Cruz), o mesmo fenômeno é comparado à experiência de pecuária ultra-intensiva em outros locais, como as de suínos e aves, para lançar a pergunta: a criação intensiva de animais é agricultura ou manufatura industrial de animais?

De resto, no final do artigo Friedland dá a entender que é uma questão de tamanho (ou de escala) a diferença entre essa ‘falsa agricultura’ (que, na realidade, já se tornou indústria), e a ‘verdadeira agricultura’ (que sobreviveu ao lado dos “agronegócios”). Seria correto, então, continuar a caracterizar unidades de produção em larga escala como ‘estabelecimentos agrícolas’ (*farms*)? E quanto às outras atividades que ainda se incluem – ao menos legalmente – sob a rubrica de agricultura, mas guardam pouca relação com a agricultura como esta é tradicionalmente conhecida? Constituem agricultura as instalações para criação intensiva de animais, tais como os confinamentos, quando contaminam o meio ambiente e tornam insuportável a vida dos vizinhos? E quanto às atividades de ampliação da agricultura, tais como o agroturismo? No nível do bom senso, ninguém se preocupa muito quando um casal de agricultores abriga alguns hóspedes ocasionais, mas o que acontece quando o estabelecimento agrícola se torna uma colônia de férias?

O ápice desse raciocínio surge no final do artigo, quando o autor lança uma boutade a respeito da organização governamental voltada à agricultura. “Pode ser este o momento de se iniciar uma redefinição de agricultura, distinguindo agronegócio de agricultura (isto é, pequena escala, policultura de base familiar), e dirigir um apelo ao Congresso no sentido de rebatizar o Departamento de Agricultura como Departamento de Agronegócio, criando, além disso, um novo Departamento de Agricultura. Este último seria destinado a proporcionar ciência, ciências sociais, desenvolvimento comunitário e serviços de extensão para apoiar o que resta da agricultura de pequena escala e a fazer da “agricultura alternativa” uma diretriz fundamental na política americana.” (p. 368 da publicação original)

O que mais interessa aqui não é discutir uma por uma essas e outras considerações de Friedland, e sim deixar bem claro que para ele a “industrialização da agricultura” está no centro de qualquer discussão sobre o futuro da “ruralidade”. Que, para ele, o fenômeno rural é inteiramente dependente da atividade produtiva que o domina. Ou seja, que a seqüência lógica de seu raciocínio é a seguinte: 1) para saber “quando o rural é rural” é preciso examinar a agricultura; 2) a agricultura se torna cada vez mais industrial; 3) então o rural torna-se apenas aquele resquício que abriga o que restará de agricultura: a policultura de pequena escala, de base familiar; 4) esse resquício rural só sobreviverá se a “agricultura alternativa” se tornar uma diretriz fundamental na política americana.

2. As idéias mais em voga sobre a urbanização integral do Brasil

Uma maneira de desqualificar qualquer debate quantitativo sobre o grau de urbanização do Brasil surge com a seguinte frase: “*mas a sociabilidade é urbana*”. Esta idéia, que será abordada mais adiante, ainda não foi exposta com clareza, por mais que seja recorrente em diálogos com analistas propensos a considerar o Brasil uma sociedade integralmente urbana. Em contraste, seus homólogos de inspiração marxista já o fizeram. O arquiteto e urbanista Roberto Luís Monte-Mór (UFMG/Cedeplar), chama de urbanização extensiva

“a materialização sócio-temporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das dimensões sócio-política e cultural intrínsecas à pólis. É essa espacialidade social resultante do encontro explosivo da indústria com a cidade – o urbano – que se estende com as relações de produção (e sua reprodução) por todo o espaço onde as condições gerais (e consumo) determinadas pelo capitalismo industrial de Estado se impõem à sociedade burocrática de consumo dirigido carregando, entretanto, no seu bojo, a reação e organização políticas que são próprias da cidade. Essa é a realidade – a sociedade urbana – que se impõe hoje como virtualidade e objetividade no Brasil, constituindo-se em condição para a compreensão do espaço social contemporâneo.”⁴

Ainda segundo Monte-Mór, essa idéia da urbanização completa - ou extensiva - seria idêntica ao “ovo de Colombo” que o sociólogo Francisco de Oliveira já havia colocado em pé em ensaio de 1978. Para Oliveira, “a *urbanização* da economia e sociedade brasileiras nada mais é senão a extensão a todos os recantos e setores da vida nacional das relações capitalistas; embora seja ainda, em muitos casos, apenas uma tendência, sua marca é peculiar: já não se pode voltar atrás. (...) O processo de acumulação, levado às suas últimas conseqüências, fez o que se tentou evitar: erosionar (*sic*) por completo as diferenças no processo de reprodução do capital entre a cidade e o campo; o “bóia-fria, acumulação e miséria” é essa erosão. Já não há mais *problema agrário*, agora se trata do *problema urbano* em escala nacional. Essa dialética do processo produtivo confere nova qualidade aos atores econômicos, políticos e sociais”.⁵ E os fundamentos críticos da abordagem de Monte-Mór estão na vasta obra daquele que foi um dos principais pensadores marxistas franceses do século passado: Henri Lefebvre (1901-

⁴ Cf. “Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira”, de Roberto Luís Monte-Mór. Texto publicado no livro *Urbanização Brasileira: Redescobertas*, organizado por Leonardo B. Castriota, Belo Horizonte: Editor C/Arte, 2003, pp. 260-271.

⁵ Cf. página 74 de “Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes”, in: Moisés, J.A. (org.) *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp: 65-76.

1991). É absolutamente necessário, portanto, que a proposição de Lefebvre seja apresentada antes que a questão proposta neste artigo possa ser discutida.

3. A proposição de Henri Lefebvre

Durante seus trinta anos de militância comunista (1928-1958) Lefebvre foi simultaneamente um filósofo oficial e marginal, com posterior participação intensa no “*gauchisme*” que resultou no terremoto de maio de 1968. Útil introdução à sua imensa obra teórica, histórica, metodológica e sociológica (mais de 70 volumes) está na detalhada biografia precoce publicada por seu ex-aluno Rémi Hess⁶. Não há melhor fonte para conhecer tão longa trajetória, que começa na filosofia, passa pela sociologia rural (disciplina de seu doutorado tardio, em 1954), mas o leva a uma intensa produção em sociologia urbana (na década de 1970), e, sobretudo, à sua contribuição mais original: a sociologia do cotidiano. Claro, de todos esses investimentos intelectuais, o que mais diretamente se relaciona com o propósito deste artigo é sua proposição sobre a “revolução urbana”, lançada em 1970.⁶

Na opinião de Sartre, foi o marxista Henri Lefebvre quem forneceu um método “simples e irrepreensível” para integrar a sociologia e a história na perspectiva da dialética materialista. Na primeira parte de sua *Crítica à razão dialética*, dedicada às “questões de método”, Sartre transcreve a proposição originalmente lançada por Lefebvre no artigo “Perspectives de la sociologie rurale”, publicado em 1953 nos *Cahiers de Sociologie Rurale*.⁷ Uma livre síntese desse método “regressivo-progressivo” - que está em anexo - foi extraída de exposição bem mais ampla de José de Souza Martins⁸, baseada em minuciosa leitura de toda a obra de Lefebvre, e não apenas no cinquentenário texto que tanto impressionou Sartre.

Mesmo que se admita que história e sociologia possam ser integradas na perspectiva dialética de maneira tão singela, é inevitável indagar se Lefebvre manteve coerência com esse método no curtíssimo período (1968-1974) em que enveredou pela sociologia urbana, e que corresponde justamente à sua passagem pelo campus de Nanterre da Universidade de Paris. Publicou sete livros sobre o tema, mas nenhum antes ou depois desse intervalo.⁹ O primeiro livro dessa série – *Le droit à la ville*, lançado às vésperas do turbulento maio de 1968, é um manifesto que anuncia seu programa de pesquisa em sociologia urbana. E que logo depois dá origem à revista *Espace et société*, inicialmente dirigida por treze especialistas, entre os quais estavam Bernard Kayser e Manuel Castells, que mais tarde desenvolveram abordagens opostas à que ele apresentou no terceiro livro dessa série: *La révolution urbaine*.

A primeira linha desse livro anuncia uma hipótese: a urbanização completa da sociedade. Logo depois o autor adverte que denominará “sociedade urbana” a sociedade que resulta da

⁶ Cf. *A Revolução Urbana*, Belo Horizonte: UFMG, (1999 e 2002), tradução de *La Révolution Urbaine*, Paris: Éditions Gallimard, 1970.

⁷ Esse artigo foi traduzido e incluído na coletânea de José de Souza Martins (org.) *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

⁸ Ver: “As temporalidades da história na dialética de Lefebvre”, in: José de Souza Martins (org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*, São Paulo, Hucitec, 1996, pp.13-23. Reproduzido também no livro do mesmo autor *A Sociabilidade do homem simples*, São Paulo: Hucitec, 2000, pp. 110-122.

⁹ *Le droit à la ville* (1968), *Du rural à l'urbain* (1970), *La révolution urbaine* (1970), *La pensée marxiste et la ville* (1972), *Espace et politique*, segundo tomo de *Droit à la ville* (1973), e, finalmente, o livro de peso que coroa essa fase, e o único que logo recebeu tradução em língua inglesa, *La Production de l'espace* (1974). Informa seu biógrafo, Remi Hess, que a problemática em questão nasceu da crítica à “degradação do rural”, já constatada na década de 1950, quando foi instalado um pólo petroquímico nas proximidades de sua terra natal, na região dos Pirineus, sudoeste da França.

urbanização completa, hoje virtual, amanhã real. E que reservará o termo “sociedade urbana” à sociedade que nasce da industrialização, constituída, portanto, pelo “processo que domina e absorve a produção agrícola.” E toda a justificativa dessa hipótese será construída sobre a já mencionada tese da industrialização da agricultura. “Será preciso insistir demoradamente que a produção agrícola perdeu toda a autonomia nos grandes países industriais, bem como à escala mundial? Que ela não mais representa nem o setor principal, nem mesmo um setor dotado de características distintivas (a não ser no subdesenvolvimento)? Mesmo considerando que as particularidades locais e regionais provenientes dos tempos em que a agricultura predominava não desapareceram, que as diferenças daí emanadas acentuam-se aqui e ali, não é menos certo que a produção agrícola se converte num setor da produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetida às suas exigências.”¹⁰

Segundo Lefebvre, a industrialização estende suas conseqüências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. O principal resultado é a transformação do agrupamento tradicional próprio à vida agrícola – a aldeia – o que dá origem a unidades mais vastas que o absorvem e o recobrem. Ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de produção. E o tecido urbano corrói os resíduos da vida agrária. “Estas palavras, ‘o tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do domínio da cidade sobre o campo.”¹¹

4. Críticas às idéias de Lefebvre

Mesmo reconhecendo que Henri Lefebvre foi um dos principais teóricos franceses do marxismo, o então sociólogo marxista Manuel Castells fez questão de imediatamente se afastar da hipótese da urbanização completa proposta pelo mestre. No badalado livro *A questão urbana*, de 1972, ele consagrou um capítulo para mostrar que Lefebvre desembocou - através de uma evolução intelectual bastante curiosa - numa teorização urbanística da problemática marxista. A hipótese da urbanização completa seria, segundo Castells, a expressão mais notória da “versão de esquerda” da tese ideológica dos funcionalistas sobre a sociedade urbana. Ou seja, a problemática teria acabado por submergir o grande pensador. Castells também reconhece que Lefebvre abriu um caminho – “talvez decisivo” - no estudo do “urbano”, pois identificou a emergência de novas contradições no domínio cultural e ideológico, além de ligar novamente a questão urbana ao processo de reprodução ampliada da força de trabalho. “Mas fechou-o logo após, caindo na armadilha denunciada por ele mesmo, quer dizer, tratando em termos de urbano (e, portanto, atando-o de novo a uma teoria das formas sociais) os processos sociais que estão conotados *ideologicamente* pelo pensamento urbanístico”.¹²

Salvo engano, a crítica do geógrafo e sociólogo Bernard Kayser só veio a público quase duas décadas depois, no livro *La renaissance rurale, Sociologie des campagnes du monde occidental*. Esse livro pretende ser uma análise sociológica global de uma constatação surpreendente: no conjunto dos países industrializados do mundo ocidental, a tendência secular ao “êxodo rural” dá lugar, aos poucos, a um processo de retomada, ou mesmo de “reconquista”. Kayser chega a formular uma hipótese que pode ser considerada o avesso da

¹⁰ Cf. *A revolução urbana* (op.cit.) p.17.

¹¹ Idem

¹² Cf. p.121 de *A questão urbana*, (edição revisada e acompanhada de posfácio de 1975), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

urbanização completa, pois trata da “recomposição das sociedades rurais”. Com um gesto que certamente mistura gratidão e ironia, a epígrafe desse livro é a reprodução de uma passagem de Lefebvre - mas de 1949 – que parece uma premonição da hipótese do renascimento rural.¹³

Há uma ambivalência a ser considerada, pois são dois os pressupostos que sustentam a suposição de uma virtual urbanização completa (ou extensiva). O primeiro, escancarado, tanto no referido livro de Lefebvre, quanto no citado texto de Friedland, é uma dupla identificação: do ‘rural’ com a ‘agricultura’, e da ‘indústria’ com o ‘urbano’. No que entendem ser o processo de ‘industrialização da agricultura’, a sociedade só poderia perder seu lado rural em favor de sua dimensão urbana. O segundo pressuposto é outra dupla identificação: das relações sociais ‘capitalistas’ com o ‘urbano’, e do ‘agrário’ com formas ‘pré-capitalistas’ (este mais presente nas abordagens de Oliveira e de Monte-Mór). A sociedade só poderia, portanto, perder seu lado agrário em favor de sua dimensão urbana na medida em que se generalizem as relações sociais capitalistas.

Todavia, se neste início do século XXI um sociólogo rural do calibre de William Friedland apresenta três casos justamente californianos para ainda perguntar “quando o rural é rural?”, não se pode imaginar que ele esteja colocando em dúvida a natureza completamente capitalista da sociedade americana. Da mesma forma, nem de longe é essa a questão que Lefebvre procura discutir para justificar sua hipótese de urbanização completa. Por isso, o cerne da questão está na identificação feita por todos esses autores entre o ‘agro’ (agricultura/agrário) e o ‘rural’. Todos identificam o espaço rural com as atividades agrícolas, cometendo um monumental equívoco histórico, que só pode ser considerado como aberração. Principalmente por quem continua a ter como referência o materialismo histórico.

A humanidade não é geneticamente cultivadora (ou criadora de animais), ao contrário das térmitas, por exemplo. Só se tornou agricultora e pecuarista após centenas de milhões de anos de “hominização”, isto é, de evolução biológica, técnica e cultural. Foi no neolítico – há cerca de 10 mil anos – que começou a plantar e a domesticar. Para tanto, introduziu e multiplicou espécies vegetais e animais nos mais variados meios, transformando assim ecossistemas naturais originais em ecossistemas cultivados, artificiais e explorados pelos seus cuidados. Desde então, essa artificialização dos ecossistemas conquistou o mundo, tornando-se o principal fator de transformação da ecoesfera. Seus ganhos de produção e de produtividade condicionaram simultaneamente o crescimento populacional e o desenvolvimento dos grupos sociais que não produzem eles próprios os seus alimentos.

Hoje, um sistema agroalimentar - composto de subsistemas especializados que exploram materiais biológicos selecionados - é capaz de alimentar de maneira pletórica toda uma população da qual uma ínfima fração tem ainda de se dedicar às lides agropecuárias. Nos países mais desenvolvidos já é irrisória a necessidade de força de trabalho para a produção de alimentos, fibras, e biomassa energética. Mesmo que alguns outros fatores contribuam para que o chamado “campo” não seja inteiramente despovoado, nada disso poderá impedir que seus residentes deixem de ser entendidos como simples remanescentes: meros resíduos de

¹³ “S’il est vrai que la communauté paysanne peut aujourd’hui renaître, en fonction d’exigences et sur de bases modernes, rien de plus intéressant que cette renaissance, - d’où sortira peut-être un sens nouveau de la terre”. “Se é verdade que a comunidade rural pode hoje renascer, em função de exigências e sobre bases modernas, nada é mais interessante que esse renascimento, de onde sairá talvez um novo sentido da terra”. Epígrafe do livro, de Bernard Kayser, *La renaissance rurale*, Paris: Armand Colin: 1990.

populações agrícolas que foram largamente majoritárias durante os cerca de 9,8 mil anos anteriores à industrialização.¹⁴

Não é preciso, pois, muitas palavras para concluir que o peso relativo da agropecuária (ou do “campo”) não pode ser o critério da diferença territorial entre espaço urbano e espaço rural. Então, a pergunta que deve ser feita é a seguinte. Será correto tentar entender a distinção entre os ambientes rural e urbano sem considerar seus principais fundamentos, que são necessariamente ecológico-econômicos? Será correto tentar entender a distinção entre os ambientes rural e urbano sem considerar aquilo que Marx chamava de metabolismo que os seres humanos mantêm com a natureza e entre si? Não será esta a concepção dos que decretam o fim do rural? Inclusive daqueles que - como Lefebvre e Friedland, ou Oliveira e Monte-Mór - procuram ter como referência o pensamento de Marx?

Não há como retirar desta discussão o problemático metabolismo que a humanidade mantêm com a natureza, por mais que ele possa ser considerado secundário diante de outras dimensões das sociedades capitalistas. Não há como retirar desta discussão a extrema variedade dos graus em que os ecossistemas estão artificializados. E é exatamente por isso que os três casos concretos escolhidos por Friedland constituem ótimos exemplos da permanência do caráter contraditório da urbanização, e não de uma suposta tendência à totalização urbana no capitalismo mais avançado, como muitos têm sido levados a acreditar.

O rural sempre foi mais amplo que a agricultura, seja em termos de espaço físico, quanto socioeconômico. E a melhor maneira de explicar a primeira parte de tal afirmação talvez seja raciocinar por absurdo. Considere-se a suposição de que haja de fato um processo de ‘industrialização da agricultura’ e que tenda a acabar com a distinção entre esses dois grandes gêneros de atividades produtivas. Mesmo assim, inúmeros ecossistemas permaneceriam em baixíssimo grau de artificialização, o que manteria a distinção entre espaços rurais e urbanos. Começando pelos casos extremos, há que lembrar dos grupos humanos que estão na tundra ártica e alpina, nos desertos, nas florestas decíduas, nos campos, nas savanas, no bioma das florestas boreais, ou nas florestas tropicais pluviais. Mesmo que se imagine uma sociedade global inteiramente industrializada, isto é, num processo que tivesse absorvido a totalidade das atividades agrícolas, permaneceria a distinção entre os dois modos de implantação humana na biosfera: o ecossistema urbano e o rural. A menos que se pretenda que todo o meio físico do planeta possa ser modificado a ponto de atingir o seu grau máximo, aquele no qual a biomassa não humana é reduzidíssima e o substrato inteiramente mineralizado.¹⁵

Claro, a resposta a tal objeção certamente será a de dizer que, nessa perspectiva, seriam irrisórios, periféricos, ou excepcionais os grupos humanos que permaneceriam rurais, mesmo que continuassem vastíssimos os espaços físicos dessa categoria. Ou seja, em termos de espaço social, e não físico, a completa industrialização levaria assim mesmo à quase completa urbanização. Por isso, é fundamental que se discuta o sentido da própria idéia de “industrialização da agricultura”.

¹⁴ A melhor fonte sobre a questão tratada nos dois parágrafos anteriores é o livro de Marcel Mazoyer e Laurence Roudart, *História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea*, Lisboa: Instituto Piaget, 2001 (tradução da edição original de 1997, Paris: Editions du Seuil).

¹⁵ Cf. por exemplo: pp. 140-151 de *Os ecossistemas*, de Sergio Frontier (Lisboa: Piaget, 2001) e pp.292-308 de *Ecologia Humana*, de E.J. Kormondy & D.E. Brown, com coordenação editorial de Walter Neves, São Paulo: Editora Atheneu:2002)

Enquanto não surgir uma alternativa à transformação biológica de energia solar em alimento, a industrialização não pode penetrar a produção agropecuária propriamente dita, por mais que se desenvolva à montante e à jusante. Em outras palavras, por menor que seja o peso relativo da agropecuária na esfera da produção alimentar, sua distinção será mantida até o dia em que a humanidade conseguir encontrar uma fonte de energia necessária à vida que dispense o consumo das plantas e dos animais (se é que isso realmente acontecerá um dia).

A questão decisiva, portanto, é entender que o papel dos humanos na produção agropecuária consiste em fornecer a certos organismos vivos domesticados as condições que mais favoreçam o seu desenvolvimento, para depois colher a massa de matéria nutritiva produzida. O essencial dessa operação - isto é, a produção dessa matéria nova - é realizado pelos próprios organismos vivos. O aumento da produtividade resulta da melhoria das espécies animais e vegetais graças à seleção genética das aptidões produtivas e do domínio cada vez maior das condições nas quais se realizam tais aptidões. É claro que o uso de máquinas aumenta a eficácia do trabalho agrícola, fazendo com que cada trabalhador possa cultivar maiores áreas e cuidar de um maior número de animais. Mas é ínfimo seu efeito sobre os rendimentos físicos, isto é, sobre o crescimento de cada animal, ou de cada planta. O rendimento de uma cultura ou de uma criação resulta da adição dos rendimentos individuais de cada planta ou animal que os compõem, não se podendo falar, portanto, de produção em série, no sentido industrial do termo.

Em suma, no processo de trabalho agropecuário, a intervenção humana não é desenvolvida com o propósito de transformar uma matéria-prima, em contraste com o que ocorre em outros processos produtivos. Na agropecuária, o trabalho humano procura sustentar ou regular as condições ambientais sob as quais as plantas e os animais crescem e se reproduzem. Há um momento transformativo nesse processo de trabalho, mas essa transformação é realizada por alterações orgânico-naturais, e não pela aplicação do trabalho humano. Por isso, o processo de trabalho inerente àquilo que se convencionou chamar de agricultura, pecuária, ou agropecuária exige uma conceituação específica e independente.

Na verdade, o equívoco intrínseco à expressão ‘industrialização da agricultura’ tem sua raiz no excessivo otimismo com que a maioria dos grandes economistas dos últimos dois séculos avaliou a possibilidade do capitalismo superar os chamados “limites naturais”. Até mesmo o gênio crítico de Marx foi vítima dessa ideologia espontânea do industrialismo em passagens da sua obra nas quais considerou que a missão histórica do capitalismo seria a de transcender o caráter limitado e condicionado das formas anteriores de interação com a natureza.¹⁶

É bem provável que tenha sido em parte por influência dessas passagens da obra de Marx que Henri Lefebvre tenha escrito o livro *A revolução urbana*, de 1970. E a pergunta que não pode ser evitada, então, é se não foi exatamente nesse livro que ele levou ao paroxismo sua idéia de um “Marx sociológico”, presente no livro *La Sociologie de Marx* (PUF, 1966), assim como no tal “método regressivo-progressivo”, destacado no anexo, e tão elogiado por Sartre. Como se sabe, Marx nunca sucumbiu à separação das disciplinas acadêmicas. Alguns, como Schumpeter, tentaram estabelecer uma clara distinção entre um Marx sociólogo e um Marx economista. E ainda poderiam isolar facilmente um Marx historiador, como assinalou Hobsbawm. “Mas, tais classificações mecânicas resultam enganadoras e inteiramente contrárias ao método de Marx”, acrescenta. “É esta multi-dimensionalidade da teoria de Marx

¹⁶ Outras idéias sobre este tópico estão em *O desenvolvimento agrícola; uma visão histórica*, de José Eli da Veiga (Edusp/Hucitec:1991). Para um aprofundamento desta questão será essencial consultar Georgescu-Roegen (1971,1976), Servolin (1972,1985,1989), Goodman *et. al.* (1987) e Benton (1989).

que leva todos, exceto os de pouco entendimento, ou preconceituosos, a respeitá-lo e a admirá-lo como pensador, mesmo que não concordem com ele.”¹⁷

O mais irônico é encontrar uma observação semelhante – e até mais incisiva – na própria obra de Lefebvre, e no livro que talvez tenha sido o tratado marxista mais lido no mundo ocidental: *Pour connaître la pensée de Karl Marx* (Paris: Bordas, 1948:216-7). Além de enfatizar que não se pode compreender a formação do materialismo dialético fazendo-se abstração da publicação por Darwin do livro *A origem das espécies* (1859), Lefebvre chegou mesmo a afirmar peremptoriamente: “*Nature et histoire relèvent donc des mêmes lois fondamentales*” (Natureza e história dependem, então, das mesmas leis fundamentais). Isto é, que o movimento histórico, como processo natural e como todo processo natural, caminha através das contradições. “*La contradiction est réelle: c’est une loi de la nature*” (A contradição é real: é uma lei da natureza.).

Não há como entrar aqui no imenso e confuso debate – que está longe de se encerrar - sobre a chamada relação Marx/Hegel e seus eventuais desdobramentos sobre os marxismos e seu declínio.¹⁸ E muito menos voltar ao velho debate a respeito da “dialética da natureza”, tal como chegou a ser formulada por Engels. A questão relevante, bem mais simples, é a do papel central da contradição no materialismo histórico. É a da abordagem que deve ser feita da atual contradição entre urbano e rural como metamorfose da velha contradição entre cidade e campo. O livro *A revolução urbana*, de Henri Lefebvre, é uma tentativa de justificar a hipótese de que essa contradição já está virtualmente superada pela completa urbanização do campo. Na argumentação, sua sociologia supõe o fim da base natural dessa contradição. Tudo se passa como se a natureza pudesse deixar de ser parte constitutiva dessa contradição. Neste sentido, o livro de 1970 é o avesso do materialismo explicado por ele no tratado de 1948.

Para que esta afirmação não pareça arbitrária, o leitor é convidado a refletir sobre apenas três passagens desse livro de 1970: 1) “O campo industrial substitui as particularidades naturais, ou supostas como tais, por uma homogeneidade metódica e sistematicamente imposta” (p.42); 2) “Associadas e concorrentes, a industrialização e a urbanização devastam a natureza. A água, a terra, o ar, a luz, os ‘elementos’ estão ameaçados de destruição. Os prazos finais chegarão em datas precisas. Por volta do ano 2000, com ou sem guerra nuclear, a água e o ar estarão poluídos a tal ponto que a vida tornar-se-á difícil na Terra”. (p.36); 3) “A época industrial (...) se via como produtora e criadora, dominando a natureza e substituindo os determinismos da matéria pela liberdade da produção. De fato, ela era, na sua verdade, radicalmente contraditória e conflituosa. Acreditando dominar a natureza, ela a devastava, a destruía completamente.” (p.160)

É óbvio que o crescimento econômico moderno acelerou a degradação de inúmeros ecossistemas. Nem por isso se pode pensar que industrialização e urbanização devastam ou destroem completamente a natureza, ou mesmo que sejam capazes de substituir muitas das

¹⁷ Cf. pp. 19-20 da introdução de Eric Hobsbawm (1964) ao livro *Formações econômicas pré-capitalistas*, de Karl Marx, traduzido pela editora Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1977.

¹⁸ Um aprofundamento deste tema foge ao escopo deste artigo. Mas o leitor mais interessado certamente tirará muito proveito de uma consulta comparativa a pelo menos três livros recentemente publicados no Brasil: Tambosi (1999), Giannotti (2000), e Holloway (2003).

“particularidades naturais”. É difícil entender como uma inteligência tão rigorosa e criativa – como certamente foi a de Lefebvre – tenha sido levada, em 1970, a tais escorregões.¹⁹

5. A questão da sociabilidade

Há, entretanto, um argumento distinto, que pode ser resumido da seguinte forma: de nada valem critérios ecológico-econômicos para delimitar espaços rurais, pois a “sociabilidade” já é completamente urbana, até mesmo em sociedades como a brasileira. Ou seja, com a exceção, talvez, de algumas nações indígenas - como a dos yanomami - seria urbana a “sociabilidade” da população brasileira. Não somente da que habita em milhares de pequenos municípios do interior das regiões Sul e Sudeste, mas até da que se embrenha pelas florestas amazônicas, pelos cerrados, ou pelas caatingas.

Aqui, uma das dificuldades se prende à própria noção de “sociabilidade”, usada por muitos com enorme desenvoltura. Pela definição de dicionário (no caso o Aurélio), cai-se em fechadíssimo círculo vicioso, já que “sociabilidade” seria até sinônimo de “urbanidade”, além de: “apresentação e maneiras de quem vive em sociedade”, “qualidade de sociável”, ou simplesmente “tendência natural para não viver isoladamente”. Segundo o Dicionário de Ciências Sociais (FGV/MEC, 1986), o termo “sociabilidade” é aplicado na sua versão francesa (socialidade) para indicar que é próprio da natureza de certos seres viver em sociedade, ter existência social. Todavia, era diferente o seu sentido original, na sociologia alemã.

Kant havia utilizado o termo “sociabilidade” para se referir genericamente à relação entre o indivíduo e a sociedade. Mas foi bem mais preciso o sentido dado por Georg Simmel (1858-1918), precursor influente na obra de Weber, e pioneiro da sociologia dedicada à “ação social” (em contraposição à sociologia centrada nas “estruturas”, seja de cunho marxista ou funcionalista). Para ele, trata-se de um “jogo-forma de associação”. A sociabilidade seria própria de um mundo artificial, composto de indivíduos que não têm outro desejo senão o de criar a pura interação com os demais. Não se entraria na sociabilidade como homens completos, mas como homens despojados de fins, metas e intenções. Como abstração da associação através da arte e do jogo, a sociabilidade seria a classe mais pura de interação.

Mais tarde, outros sociólogos - como Durkheim e Gurvitch, por exemplo – alteraram de várias maneiras a noção de “sociabilidade”. Mas todas permaneceram no universo das relações comunitárias, marcadas pela afetividade e pela memória comum, em contraposição às relações societárias, marcadas pela razão, regras e normas. É muito difícil aceitar, portanto, que se possa falar de uma sociabilidade “urbana”. E se alguém procurou definir o que seria essa suposta sociabilidade “urbana”, esse alguém foi certamente Louis Wirth, em artigo que se tornou um clássico: “*Urbanism as a way of life*”.²⁰

O centro da reflexão de Wirth nesse célebre artigo é justamente a diferença entre os modos de vida urbano e rural existentes em sociedades que já eram predominantemente urbanas nos anos 1930. Sua proposta é a de comparar os tipos ideais de comunidades urbanas e rurais,

¹⁹ A explicação talvez esteja ligada à sua tremenda desilusão com as primeiras tentativas históricas de construir sociedades socialistas. Mas isto está fora do escopo deste artigo. Ver a propósito os dois últimos capítulos do livro de Ernest Mandel *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

²⁰ Cf. *The American Journal of Sociology*, vol. 44 (July 1938), reproduzido no *Reader in Urban Sociology*, editado por Paul K. Hatt e Albert J. Reiss Jr. (Glencoe, Illinois: The Free Press, 1951), pp. 32-49.

para obter uma perspectiva de análise dos modelos básicos de associação humana tais como eles aparecem na civilização contemporânea. Sua principal referência teórica foi o ensaio “*Die Stadt*”, de Weber.²¹ E uma das mais básicas conclusões de Wirth é a de que não faz qualquer sentido enxergar um modo de vida urbano em lugares pequenos, de baixa densidade populacional, e de escassa heterogeneidade social. Segundo Wirth, a abordagem empírica do modo de vida urbano exige três perspectivas inter-relacionadas: (1) ecológica; (2) de organização social; e (3) de comportamento coletivo e personalidade. E tendo em vista a diversidade dos aglomerados humanos nas sociedades contemporâneas, ele enfatiza a necessidade de apoiar a análise em tipologias.

Apesar de Wirth não usar a expressão “sociabilidade”, a releitura de seu célebre artigo permite supor que ele concordaria hoje com a proposta de uma hierarquia urbano-rural que começaria pelas grandes metrópoles e terminaria em vilarejos rurais, passando por aglomerações não-(ou proto)-metropolitanas, centros urbanos de regiões rurais, e localidades ambivalentes (semi-urbanas ou semi-rurais, como adota a classificação mexicana). Ou seja, de que não existe uma sociabilidade urbana que possa ser contraposta a uma sociabilidade rural, mas sim uma multiplicidade de sociabilidades que podem até estar superpostas, como indicam os estudos sobre certas formas de comportamentos coletivos rurais no interior de regiões metropolitanas.²²

6. O atual sentido da contradição urbano-rural

A distinção entre ambientes rurais e urbanos repousa, antes de tudo, no grau de artificialização dos ecossistemas, tendo então como ponto de partida a ecologia, isto é, o estudo dos habitats naturais de todas as espécies vivas. O habitat de uma espécie inclui um ambiente físico-químico favorável à sua sobrevivência e à sua reprodução, e um ambiente biológico que faz com que inúmeras outras espécies povoem, simultaneamente, este meio. Cada espécie interage com as que lhe estão próximas, de forma direta ou indireta, mais ou menos intensa, e com efeitos imediatos ou tardios. O conjunto destas interações constitui uma rede de inter-relações, geralmente complexa, adaptativa, e freqüentemente evolutiva. Por outro lado, cada espécie modifica seus ambientes físico-químico e biológico de uma forma que lhe é própria, e que, com freqüência (mas nem sempre) lhe é favorável. Qualquer modificação do meio – devido a causas exteriores ou como conseqüência da atividade de determinadas espécies – repercute na totalidade do povoamento, modificando a natureza ou a intensidade das interações e as condições de vida.

Por isso, nenhuma ecologia científica poderia ser a de uma espécie, ainda que fosse a humana. A análise é necessariamente multiespecífica e orientada para a compreensão de sistemas de ações recíprocas que ligam entre si as diferentes categorias biológicas em presença e estas ao meio físico. Tais sistemas - que começaram a ser chamados de ecossistemas desde 1935 por Tansley - estão organizados para perdurar, evoluir e adaptar-se. Em sua versão mediatizada, a ecologia se tornou sinônimo de ciência do ambiente, e em particular do ambiente humano. Todavia, o foco exclusivo sobre a ecologia dos humanos, abrangendo apenas espécies

²¹ *Wirtschaft und Gesellschaft* (Tübingen, 1925), Parte I, cap. 8, pp. 514-601. Que conta com ótima tradução inglesa editada por Don Mantindale & Gertrud Neuwirth (1958).

²² Aliás, uma das sessões temáticas do 10º Encontro Anual da ANPUR teve por título “Novas sociabilidades: cultura, identidade e diversidade na produção do espaço”, confirmando que é impraticável a divisão dicotômica da noção de sociabilidade urbana versus sociabilidade rural.

consideradas úteis ou prejudiciais, e quase sempre numa perspectiva de curto prazo, só pode trair o objetivo da ciência ecológica. Esta precisa dar atenção ao conjunto interativo formado pelas ações das diferentes espécies e a reações do meio. E é óbvia a complexidade de um tal conjunto. Além do reduzido número de espécies, e do ínfimo número de propriedades do meio, todo modelo conceitual simples será facilmente ultrapassado pela realidade.²³

O mais relevante aos propósitos deste artigo é estimar as alterações dos ecossistemas provocadas pela espécie humana, como forma de avaliar seu grau de artificialização. Tais estimativas estão apresentadas na tabela 1. A primeira observação a ser feita é sobre o contraste entre o grau de artificialização dos ecossistemas da Europa e do resto do mundo. Enquanto 65% da área europeia foi considerada ocupada (por assentamentos humanos ou por agropecuária intensiva), nos demais continentes essa fração não chega a um terço, e atinge mínimos 12% na América do Sul e na Australásia. Em seguida, é importante notar que mais da metade dos territórios das Américas e da Australásia foram considerados praticamente inalterados, pois mantém a vegetação primária, com baixíssimas densidades demográficas. Finalmente, pode-se dizer que metade da área planetária permanece praticamente inalterada, e mais uma quarta parte parcialmente alterada com formas extensivas de exploração primária. Ou seja, apenas uma quarta parte da área global está suficientemente artificializada pela urbanização e pelas formas mais intensivas de agropecuária.

Isto quer dizer que, de um ponto de vista estritamente ecológico, seria absurdo pensar numa urbanização completa, mesmo que se considere nessa conta que a tal “industrialização da agricultura” deva ser entendida como urbanização. Mesmo por esse equivocado prisma, apenas no continente europeu a urbanização predominaria em termos espaciais. Na Ásia e na América do Norte chegaria a 25-30% e nos demais continentes a menos de 20%.

Tabela 1 – Habitat e alteração humana por continente, 1994

Fonte: HANNAH et al, 1994

	Área total	Praticamente inalterada (1)	Parcialmente alterada (2)	Fortemente artificializada (3)
	Milhões de Km ²	%	%	%
Europa	5,8	15,6	19,6	64,9
Ásia	53,3	43,5	27,0	29,5
América Norte	26,2	56,3	18,8	24,9
África	34,0	48,9	35,8	15,4
América do Sul	20,1	62,5	22,5	12,0
Australásia	9,5	62,3	25,8	12,0
TOT s/Antártica	148,8	49,7	26,6	23,8
Antártica	13,2	100,0	0,0	0,0
TOT MUNDO	162,1	53,8	24,4	21,8

(1) **Praticamente inalterada:** áreas com vegetação primária e com baixíssimas densidades humanas.

(2) **Parcialmente alterada:** áreas com agropecuária extensiva, vegetação secundária, e outras evidências de alteração humana, como pastoreio acima da capacidade de suporte, ou exploração madeireira.

(3) **Artificializada:** áreas com agropecuária intensiva e assentamentos humanos nas quais foi removida a vegetação primária, ou com desertificação e outras formas de degradação permanente.

²³ Estes dois parágrafos estão apoiados no livro *Os ecossistemas*, de Sergio Frontier (Lisboa: Piaget, 2001).

A repartição do território brasileiro segundo essas três intensidades de alteração humana parece estar a meio caminho entre as situações da América do Sul e da América do Norte, conforme informações disponibilizadas pela Embrapa Monitoramento por Satélite.²⁴ A parte das áreas inequivocamente artificializadas (urbanas e agropecuárias) não chega a 20%. Outros 18% ficam na categoria intermediária, constituída essencialmente por mosaicos de vegetação alterada, outras formas ultra-extensivas de lavouras e pastoreios (mas também por rochas e solos nus, ou com vegetação dispersa, e corpos d'água). E nos demais 63% estão as florestas úmidas (43,2%), florestas secas (6,4%), florestas inundáveis (1,7%), florestas de transição (2,9%), e campos ou savanas (8,6%).

Claro, assumir um ponto de vista estritamente ecológico seria tão errado quanto abordagens exclusivamente sociais ou econômicas. O mais correto é procurar critérios que possam dar conta simultaneamente dos aspectos ecológicos e socioeconômicos da utilização dos territórios pela espécie humana. E foi exatamente esse o desafio aceito pela formidável equipe de pesquisadores do Serviço de Desenvolvimento Territorial da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE que conseguiu estabelecer indicadores territoriais de emprego, com foco no desenvolvimento rural.²⁵ Após minuciosa análise das estatísticas referentes a 50 mil comunidades locais das 2 mil regiões existentes nos 26 países membros da OCDE, foi possível distinguir diferentes níveis hierárquicos para a análise territorial. Ao nível local, foram classificadas apenas como urbanas ou rurais as menores unidades administrativas, ou as menores unidades estatísticas. Numa segunda etapa, de nível regional, agregações funcionais – como províncias, ou “commuting zones” - foram classificadas como mais ou menos rurais.

Ao nível local, a OCDE passou a considerar rurais as comunidades com densidade populacional inferior a 150 habitantes por quilômetro quadrado (ou 500 hab/km² no caso específico do Japão). Conforme esta definição, cerca de um terço (35%) da população da OCDE vive em comunidades rurais que cobrem mais de 90% de seu território. Tais participações variam bastante conforme o país considerado. Os habitantes de localidades rurais são menos de 10% em países como a Holanda e a Bélgica, e mais de 50% nos países escandinavos. Todavia, como as opções e oportunidades abertas para essas comunidades rurais dependem em grande medida do relacionamento que possam manter com centros urbanos, o que realmente conta é a abordagem regional. Assim, para os propósitos analíticos da OCDE, suas 2 mil regiões foram agrupadas em 3 subconjuntos, em função da participação da população regional que vive em comunidades rurais. Em regiões consideradas predominantemente rurais, essa participação é superior a 50%. Nas consideradas significativamente rurais, ela fica entre 15% e 50%. E nas regiões predominantemente urbanas abaixo de 15%.

Como o conceito de desenvolvimento rural é complexo e multisetorial, é preciso lidar com um amplo conjunto de indicadores que, segundo a OCDE, podem ser classificados nas quatro dimensões que aparecem na figura 1. Cerca de um quarto (28%) da população da OCDE vive em regiões predominantemente rurais, em geral bastante remotas, nas quais a maioria das pessoas pertence a pequenas comunidades pulverizadas pelo território. No extremo oposto, cerca de 40% da população da OCDE está concentrada em menos de 3% do território, nas regiões predominantemente urbanas. O terço restante (32%) vive nas regiões da categoria

²⁴ Ver http://www.cobveget.cnpem.br/resulta/brasil/leg_br.html

²⁵ Cf. OCDE, *Territorial indicators of employment; Focusing on rural development*, Paris: OCDE, 1996.

intermediária, e são chamadas de significativamente ou relativamente rurais. Ou seja, cada um dos três tipos de regiões contém comunidades rurais e urbanas, só que em diferentes graus. Enquanto em alguns países escandinavos as participações relativas das regiões predominantemente ou significativamente rurais são superiores, ocorre exatamente o contrário em países como a Bélgica, o Reino Unido ou a Alemanha. Outros países se caracterizam por uma estrutura dualista, com grandes proporções de população nos dois extremos. São os casos, por exemplo, da Irlanda, da Grécia, ou de Portugal. Além disso, em países como a França, a Espanha e a Itália, a maior fatia da população está nas regiões da categoria intermediária chamada de significativamente rural. (Ver tabelas 2 e 3)

Figura 1 – Conjunto básico de indicadores rurais

POPULAÇÃO E MIGRAÇÃO	BEM-ESTAR SOCIAL E EQUIDADE
Densidade Mudança Estrutura Domicílios Comunidades	Renda Habitações Educação Saúde Segurança
ESTRUTURA E DESEMPENHO ECONÔMICO	MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
Força de trabalho Emprego Pesos setoriais Produtividade Investimento	Topografia e Clima Mudanças de uso da terra Habitats e espécies Solos e recursos hídricos Qualidade do ar

Fonte: OCDE (1996)

Hoje, a população urbana do mundo está em torno de 3 bilhões, e a ONU prevê um aumento de mais de 1,5 bilhão até 2025. Esse crescimento ocorrerá principalmente em cidades da Ásia, África e América Latina, que deverão concentrar cerca de três quartos da população urbana do planeta. Todavia, ao contrário do que ocorre na maioria dos países da OCDE, essas legiões recentemente urbanizadas continuarão a viver em condições de extrema pobreza, sem trabalhos decentes, em precárias moradias e sem qualquer chance de acesso às amenidades básicas. Na realidade, estão em pré-cidades (favelas e bairros periféricos), que – como diz Ignacy Sachs – não passam de “purgatórios” onde os recém-chegados esperam pela sua urbanização efetiva, que requer condições para o exercício da cidadania.²⁶ Abordagem semelhante à desenvolvida em vários livros por Murray Bookchin, principalmente em *Urbanization without Cities*.

Longe de engrossar as fileiras dos que denunciam os males das cidades, Bookchin procura, ao contrário, explorar seu imenso valor – assim como o das vilas (*towns*) – como criações humanas das mais notáveis. Todavia, ao apresentar sua evolução histórica, fica evidente o contraste entre as atuais “densas coleções de estruturas voltadas à provisão de mercadorias e

²⁶ Ver, p.ex., “Uma grande São Paulo a cada três meses”, in *O Gato de Alice e outras crônicas*, pp. 194-7, São Paulo: Cortez, 2002.

Tabela 2 – Populações rurais nos países da OCDE, 1990

	População em comunidades rurais (*)	População por tipo de região (**)		
		Predominantemente Rural	Significativamente rural	Predominantemente urbana
		% da População Nacional		
	% da População Nacional			
Turquia	59	58	30	12
Noruega	59	51	38	11
Suécia	43	49	32	19
Finlândia	55	43	37	20
Dinamarca	42	40	38	22
Áustria	42	40	39	22
México	49
EUA	44	36	34	30
Canadá	40	33	23	44
Austrália	30	23	22	55
Nova Zelândia	49	47	25	28
Islândia	39	35	8	57
Irlanda	43	47	15	38
Grécia	37	42	24	34
Portugal	36	35	22	43
Rep. Tcheca	29	15	57	28
França	37	30	41	29
Espanha	30	17	46	37
Itália	22	9	44	47
Japão	27	22	35	43
Suíça	19	13	25	62
Alemanha	21	8	26	66
Reino Unido	13	1	27	72
Luxemburgo	30	-	100	-
Bélgica	9	2	18	80
Holanda	8	-	15	85

Notas:
- Não se aplica.
... Não disponível.
(*) População em comunidades locais com densidade inferior a 150 hab/Km2 (e 500 no caso do Japão).
(**) Tipologia das regiões conforme a participação da população rural (+ de 50%, entre 50% e 15%, e menos de 15%).

Fonte: OCDE (1996)

Tabela 3 – Distribuição do emprego pelos três setores nas regiões predominantemente rurais

	REGIÕES PREDOMINANTEMENTE RURAIS (*)		
	Agropecuária	Indústria	Serviços
	% do emprego total		
Turquia
Noruega	8	33	59
Suécia	5	32	63
Finlândia	16	30	54
Dinamarca	10	30	61
Áustria	13	37	49
México
EUA	6	26	68
Canadá	11	23	66
Austrália	15	20	65
Nova Zelândia	17	24	59
Islândia	37	21	42
Irlanda	22	29	50
Grécia	37	24	39
Portugal	23	31	47
República Tcheca	22	41	88
França	11	32	57
Espanha	25	25	50
Itália
Japão	14	31	55
Suíça	10	33	57
Alemanha	2	52	46
Reino Unido	10	28	62
Luxemburgo	3	31	66
Bélgica	11	21	69
Holanda	10	34	56

Notas:
 ... Não disponível.
 (*) Tipologia das regiões conforme a participação da população rural: + de 50%.
 Fonte: OCDE (1996)

serviços a residentes anônimos” e as comunidades socioeconômicas, mas também morais e éticas, que foram as cidades em suas remotas origens. Advoga uma agenda de democracia participativa capaz de reverter essa “desumanização” das cidades. É uma idéia provocativa, que pode ser facilmente rotulada de utópica. Mas não deixa de revelar a falácia que consiste em considerar meras taxas de urbanização como indicadores de progresso civilizatório.

Ninguém sabe como poderá ser superado o problema que Paul Bairoch chamou de “inflação urbana do terceiro mundo”.²⁷ Apenas deve ser recomendado um novo olhar sobre as perspectivas do desenvolvimento rural. Em vez de se considerar que a modernidade é um apanágio do urbano, é necessário se interrogar sobre as possibilidades de modernizar o rural de acordo com os três princípios do desenvolvimento: equidade social, prudência ecológica e eficácia econômica sob a ótica macrosocial. A reprodução mimética do modelo de modernização rural dos países do primeiro mundo será certamente desastrosa para os países do Sul. E as populações rurais dos países subdesenvolvidos e emergentes não podem ser excluídas das inúmeras vantagens da vida urbana, por mais caótica que seja. Não há dúvida, pois, que a chave é a articulação urbano-rural mediante redes intra-regionais que aproximem as condições de vida. Mesmo que esta seja uma visão ainda muito opaca, de nada servirá a pretensa resolução dessa dificuldade pela abolição mental das diferenças entre ambientes urbanos e rurais.

Conclusão

Existe profunda diferença entre a tendência atual a um ensaísmo sociológico de fundo filosófico e a sociologia propriamente dita. “O pensamento especulativo e ensaístico não tem como identificar e descrever explicitamente as singularidades da realidade social. Descamba para o imenso, o abstrato e genérico, para o sociologicamente descabido, improvável”.²⁸ Este parece ser o caso dos intelectuais que consideram irrelevante a contradição entre o urbano e o rural, já que um dia será puro resíduo a população cuja “sociabilidade” não for “urbana”.²⁹

Tais considerações não se aplicam, todavia, à idéias de William Friedland que serviram de abertura a este artigo. Antes de tudo, porque não se trata de ensaísmo. Ele faz pesquisa empírica. E pesquisa empírica inteligente, não aquela mera coleta de dados que depois não se encaixam nas proposições teóricas. A tal ponto que talvez resvale em sentido inverso, quando adota um expediente “intelectualmente insatisfatório”, de “postura mais pragmática” frente a tamanho “atavismo conceitual” das sociedades mais avançadas. Seja como for, a atitude de utilizar três monografias de conflitos de caráter “periurbano” para interrogar, ou provocar, os leitores de *Rural Sociology* sobre a “quase intolerável” definição de *rural* é algo muito diferente da abstrata extrapolação de Lefebvre, ou do uso abusivo da noção de sociabilidade,

²⁷ Cf. “Cinq millénaires de croissance urbaine”, in: Ignacy Sachs (dir.) *Quelles Villes pour quel développement?*, Paris: PUF, 1998.

²⁸ Cf. José de Souza Martins, *A sociabilidade do homem simples*, São Paulo: Hucitec, 2000, capítulo 7, p.154.

²⁹ E certamente faz parte dessa linha de pensamento a declaração atribuída pelos jornais ao 33º presidente da Funai (em 35 anos). Segundo o noticiário, teria dito em seu discurso de posse que “os índios devem produzir excedente para que possam vender e não precisem mais pedir ajuda”. E numa reserva do Mato Grosso, já se está financiando tratores, sementes e insumos para que os índios produzam soja. Cf. Washington Novaes, “Índio plantando soja?”, *O Estado de São Paulo*, 26/09/03, p. A2.

que hoje servem de molduras teóricas a modalidades de conhecimento para-sociológico muito em voga entre urbanistas.

Qualquer tipo de história sobre o século XX – seja política, social ou cultural – inevitavelmente registrará que em suas últimas décadas houve uma forte desilusão com as conseqüências do progresso material e a recíproca tendência a um interesse cada vez maior pela possibilidade da conservação e proteção da natureza. Como conseqüência, houve uma espécie de injeção de temas ambientais nos debates políticos, tanto no âmbito internacional, quanto local. Mesmo assim, nada disso deslocou a tendência de fundo, que tanto impregna o pensamento ocidental, sobre a separação entre o “mundo natural” e o “mundo social”. Quem desdenha a contradição entre o urbano e o rural, porque não passaria de relíquia a “sociabilidade” correspondente ao segundo pólo dessa contradição, certamente reforça essa inércia do pensamento dominante. Ao contrário, quem continua a se interrogar sobre as manifestações contemporâneas do desenvolvimento dessa contradição só confirma a necessidade urgente de conservar e proteger biomas, domínios e ecossistemas. Consciência que decorre do ceticismo quanto à capacidade do capitalismo ultrapassar a fronteira dos limites naturais.

Se tudo já fosse urbano, como querem os autores mais criticados neste artigo, só se poderia considerar como lunáticas as obras dos grandes sociólogos e economistas rurais contemporâneos que, felizmente, mais influenciam seus colegas brasileiros. E basta mencionar, a título de homenagem, a meia dúzia de pesquisadores cujas contribuições científicas estão entre as mais recomendáveis aos atuais e futuros estudantes em ciências humanas e ambientais: Buttel, Galston, Jacobs, Jollivet, Mendras, e Newby.

Enfim, este artigo não teve a pretensão ilusória de que seria possível acabar com a tese do “tudo é urbano”. Tão somente procurou fazer com que a contextualização teórica e histórica dessa idéia ajude a perceber que existe uma outra maneira de enxergar a questão, que talvez seja bem mais profunda, moderna, e radical do que os adeptos da sociologia ovo de Colombo parecem supor ou suspeitar.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo (2003) *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.
- BAIROCH, Paul (1998) “Cinq millénaires de croissance urbaine”, in: Ignacy Sachs (dir.) *Quelles Villes pour quel développement?*, Paris: PUF, 1998.
- BENTON, Ted (1989) “Marxism and natural limits: An ecological critique and reconstruction”, *New Left Review* (178), nov.-dez., 1989.
- BUTTEL, Frederick H. & Howard Newby (1980) *The rural sociology of the advanced societies: critical perspectives*. London: Croom Helm, 1980.
- BOOKCHIN, Murray (1992) *Urbanization without cities; The rise and decline of citizenship*. Montréal & New York: Black Rose Books, 1992.
- CASTELLS, Manuel (1983) *A questão urbana*. Edição revisada, acompanhada de um posfácio (1975). Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1983.
- _____ (1975) *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Lisboa: Ed. Presença.

- DIAMOND, Jared (2003) *Armas, germes e aço; os desafios das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 4ª. edição, 2003.
- FRIEDLAND, William (2002) “Agriculture and rurality: beginning the ‘final separation’?” *Rural Sociology* 67(3), 2002, pp. 350-371.
- FRONTIER, Serge (2001) *Os ecossistemas*, Lisboa: Piaget, 2001.
- GALSTON, William A. (1995) *Rural development in the United States; Connecting theory, practice, and possibilities*. Washington, D.C.: Island Press, 1995
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas (1976) *Energy and economic myths. Institutional and analytical economic essays*. Pergamon Press, 1976.
 _____ (1991) *The entropy law and the economic process*. Harvard University Press, 1971 (nova edição em 1999).
- GOODMAN, David, Bernardo Sorj & John Wilkinson (1987) *From farming to biotechnology: A theory of agro-industrial development*. London: Basil Blackwell, 1987.
- GRIGG, David (1992) *The transformation of agriculture in the West*. London: B. Blackwell, 1992.
- HANNAH, Let al (1994) “A preliminary inventory of human disturbance of world ecosystems”, *Ambio*. 23 (4-5), 1994, pp. 246-250.
- HESS, Remi (1988) *Henri Lefebvre et l’aventure du siècle*. Paris: Éditions A. M. Métailié, 1988.
- HOBBSAWM, Eric (1977) “Introdução” a Karl Marx, *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.
- JACOBS, Jane (2001) *A natureza das economias*, São Paulo: Beca, 2001.
- JOLLIVET, Marcel & Henri Mendras (dir.) (1971) *Les collectivités rurales françaises*, 2 vol. Paris: Armand Colin, 1971, 1974.
- KAYSER, Bernard (1990) *La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990.
- KORMONDY E.J. Kormondy & D.E. Brown (2002) *Ecologia Humana*, com coordenação editorial de Walter Neves. São Paulo: Editora Atheneu: 2002.
- LEFEBVRE, Henri. (2002) *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 [c1970]
 _____ (1966) *Pour connaître la pensée de Karl Marx*. Paris: Bordas, 1966.
 _____. (1991) *The production of space*. Oxford, UK: Blackwell Publishers, 1991.
- GIANNOTTI, José Arthur (2000) *Certa herança marxista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOLLOWAY, John (2003) *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Ed. Viramundo.
- MANDEL, Ernest (1968) *A formação do pensamento econômico de Karl Marx. De 1843 até a redação de O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MARTINS, José de Souza (2000) *A sociabilidade do homem simples*. S.Paulo: Hucitec, 2000.
 _____ (org.) (1996) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. S.Paulo: Hucitec, 1996.
 _____ (org.) (1986) *Introdução crítica à sociologia rural*. S. Paulo: Hucitec, 1986.

- MAZOYER, Marcel & Laurence Roudart (2001) *História das agriculturas do mundo. Do Neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, [c1997].
- MENDRAS, Henri (1984) *La fin des paysans* (posfácio vinte anos depois), 2ª. Ed., Arles, Actes-Sud.
 _____ (1995) *Comment devenir sociologue. Souvenirs d'un vieux mandarin*. Arles, Actes-Sud.
- MONTE-MÓR, Roberto L.M. (2003) “Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira”. in: Leonardo B. Castriota (org.) *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2003, pp. 260-271.
 _____ (2002) “Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental”, in: Milton Santos, Maria Adélia A. de Souza e Maria Laura Silveira (orgs.) *Território; globalização e fragmentação*, São Paulo: Annablume/Hucitec/Anpur, (5ª. edição), 2002, pp. 169-181.
- NEWBY, Howard (1985) *Green and pleasant land? Social change in rural England*. 2a. ed., Hounslow, Wildwood House, 1985.
- OCDE (1996) (Organization for economic co-operation and development). - *Territorial indicators of employment; Focusing on rural development*. Paris: OCDE, 1996
 _____. (1996) *Saving biological diversity; economic incentives*. Paris: OCDE, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco (1978) “Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes”. In: J.A. Moysés, V.Martinez-Allier, F.Oliveira, e S.Souza, *Contradições urbanas e movimentos sociais*. São Paulo: co-edição Cedec/ paz e Terra, 1978, pp. 65-76.
- PONTING, Clive (1991) *A Green history of the world. The environment and the collapse of great civilizations*. Penguin Books, 1991.
- SACHS Ignacy (2002) *O gato de Alice e outras crônicas; pensando o Brasil às margens do Sena*. São Paulo: Cortez editora, 2002.
 _____ (1998) (dir.) *Quelles villes pour quel développement?*, Paris: PUF, 1998.
- SARTRE, Jean-Paul (2002) *Crítica da razão dialética*, Rio de Janeiro: DP&A editora, [c1960]
- SERVOLIN, Claude (1972) “L’absorption de l’agriculture dans le mode de production capitaliste”. in: *L’univers politique des paysans*. Paris: A. Colin, 1972.
 _____ (1985) “Les politiques agricoles”. In: *Traité de science politique*. Paris: PUF t. 4, cap.4.
 _____ (1989) *L’agriculture moderne*. Paris: PUF, 1989.
- TAMBOSI, Orlando (1999) *O declínio do marxismo e a herança hegeliana. Lucio Colletti e o debate italiano* (1945-1991). Florianópolis: Ed. Da UFSC.
- TANSLEY, A. G. (1935) “The use and abuse of vegetational concepts and terms”. *Ecology* 16:284-307.
- VEIGA, José Eli (1991) *O desenvolvimento agrícola; uma visão histórica*. São Paulo: Edusp/Hucitec.
 _____ (2002) *Cidades imaginárias; o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.
- WEBER, Max. (1958) *The City*. Trad. Don Martindale and G. Neuwirth. New York: The Free Press.
- WIRTH, Louis (1938) “Urbanism as a way of life”, *The American Journal of Sociology*, Vol. 44 (July 1938), reproduzido no *Reader in Urban Sociology*, editado por Paul K. Hatt e Albert J. Reiss Jr, Glencoe, Illinois, The Free Press, 1951, pp. 32-49.

ANEXO

O método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre

NB: Resumo de texto de MARTINS (1996) feito pelo autor (JEV).

Tudo começa pelo reconhecimento de uma dupla complexidade da realidade social: horizontal e vertical. Essa dupla complexidade desdobra-se em procedimentos metodológicos que identificam e recuperam temporalidades desencontradas e coexistentes. A complexidade horizontal da vida social pode e deve ser reconhecida na descrição do visível. Cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê. **Esse é o momento descritivo do método.** Nele, o tempo de cada relação social ainda não está identificado. O pesquisador procede mais como etnólogo.

O segundo momento é analítico-regressivo. Por meio dele mergulha-se na complexidade vertical da vida social, a da coexistência de relações sociais que têm datas desiguais. Nele a realidade é analisada e decomposta. É quando o pesquisador deve fazer um esforço para datá-la exatamente. Cada relação social tem sua idade e sua data, cada elemento da cultura material e espiritual também tem sua data. O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica. De modo que no vivido se faz de fato a combinação prática das coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas. Nesse momento, fica evidente a importância do domínio das disciplinas especiais – a sociologia, a antropologia, a história, a economia, a estatística, etc. Sem as quais a reconstituição feita permaneceria indefinida, aprisionada pela impossibilidade de datação de seus diferentes componentes.

O terceiro momento é histórico-genético. Nele, deve o pesquisador procurar o reencontro do presente, “mas elucidado, compreendido, explicado”. A volta à superfície fenomênica da realidade social elucidada o percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido. Nesse momento regressivo-progressivo é possível descobrir que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais. Ao contrário, os desencontros são também desencontros de tempos e, portanto, de possibilidades. Na descoberta da gênese contraditória de relações e concepções que persistem está a descoberta de contradições não resolvidas, de alternativas não consumadas, necessidades insuficientemente atendidas, virtualidades não realizadas. Na gênese dessas contradições está de fato a gestação de virtualidades e possibilidades que ainda não se cumpriram. Porque é o desencontro das temporalidades dessas relações que faz de uma relação social em oposição a outra a indicação de que um possível está adiante do real e realizado.

Essa dupla complexidade não é exterior ao homem e a cada ser humano. Falas, gestos, entonações, modos de relacionamento, desencontros entre o falado, o percebido e o feito, tudo enfim tem de ser concretamente vivido, ainda que no limiar do percebido. São esses desencontros que dão sentido à práxis, fazendo-a repetitiva, mimética ou inovadora, no mesmo ato, no mesmo movimento. Por isso, fazer História não está apenas no ato intencional de criar o novo e destruir o velho. Uma História assim é, no fundo, uma História sem tensões, sem vida, falsa História. No vivido, a práxis é contraditória. Ela reproduz relações sociais. Mas não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações, não há repetição sem uma certa inovação.

